

POLÍTICAS DE LINGUAGEM SEMIOTIZADAS NA PAISAGEM LINGUÍSTICA TRANSFRONTEIRIÇA DE OIAPOQUE E SAINT-GEORGES

SEMIOTIZED LANGUAGE POLICIES IN THE LINGUISTIC LANDSCAPE FROM THE BORDER OF OIAPOQUE AND SAINT-GEORGES

Kelly Cristina Nascimento Day 1

Resumo: Este trabalho apresenta uma análise das políticas linguísticas notabilizadas na fronteira franco-brasileira a partir da paisagem linguística das cidades de Oiapoque e Saint-Georges. Situada linguisticamente entre duas línguas nacionais e outras línguas minoritárias, a grande zona de contato português-francês testemunha os conflitos sociolinguísticos da região, seja no âmbito dos diferentes status políticos, seja no valor econômico e simbólico que as línguas e os povos em presença supõem. Assim, neste estudo, cujo embasamento teórico reúne conceitos fundamentais de política Linguística (HAMEL, 2010; CALVET, 2002, SHOHAMY, 2006) e de paisagem linguística (LANDRY; BOURHIS, 1997; CENOZ; GORTER, 2006, entre outros), recorreu-se à composição de um corpus fotográfico de textos escritos nos espaços públicos, afim de compreender as políticas de linguagem nascidas das relações socioeconômicas e socioculturais transfronteiriças. A pesquisa indica que a paisagem linguística fronteiriça reflete as dinâmicas e relações de poder existentes no interior e na confluência dos contextos linguísticos adjacentes.

Palavras-chave: Paisagem Linguística. Política Linguística. Fronteira Franco-Brasileira.

Abstract: This work presents an analysis of the linguistic policies distinguished on the Franco-Brazilian frontier from the linguistic landscape of the cities of Oiapoque and Saint-Georges. Linguistically located between two national languages and other minority languages, the great Portuguese-French contact area bears witness to the region's sociolinguistic conflicts, whether within the scope of the different political statuses, or in the economic and symbolic value that the languages and peoples in presence suppose. Thus, in this study, whose theoretical basis brings together fundamental concepts of Linguistic policy (HAMEL, 2010; CALVET, 2002, SHOHAMY, 2006) and linguistic landscape (LANDRY; BOURHIS, 1997; CENOZ; GORTER, 2006, among others), to the composition of a photographic corpus of texts written in public spaces, in order to understand the language policies born from cross-border socioeconomic and socio-cultural relations. The research indicates that the border linguistic landscape reflects the dynamics and power relations that exist within and at the confluence of adjacent linguistic contexts.

Keywords: Linguistic Landscape. Language Policy. French-Brazilian Border.

Introdução

Muito além de constituírem meros marcos divisórios entre países, as fronteiras demarcam constelações sociais constituídas pelo encontro e confrontações interlinguísticas, interculturais e interétnicas, cujas identidades normalmente estão atreladas às necessidades sociolinguageiras e socioeconômicas locais e às características específicas determinadas pela proximidade com um país vizinho.

Continuamente redefinidas pelas comunidades que as compõem (LUDI, 1994), as fronteiras não existem por si mesmas, elas são dependentes dos atores e dos intérpretes que são seus habitantes, diante dos fenômenos do mundo. E ainda que cada zona fronteiriça apresente singularidades, em geral, podemos tomá-las como produto e condição de um conjunto de interações materiais e imateriais estabelecidas entre os fronteiriços e compreendê-las significa ir além da visão dos sujeitos com identidades diferenciadas.

Essas regiões, habitualmente, reúnem povos, línguas e culturas diferentes, que amalgamados ou em contato esporádico buscam guardar suas peculiaridades e acabam por constituir dinâmicas singulares, posto que são afetadas pela ecologia linguística que compõe o contexto fronteiriço. Tais dinâmicas são determinadas por fatores internos e externos à fronteira e acabam por refletir-se nas práticas entre comunidades e, por conseguinte, na paisagem e na política linguística local.

A fronteira geopolítica e linguística Brasil/Guiana Francesa, objeto central deste trabalho, a exemplo de outras zonas contíguas no Brasil, tem características bem particulares no contexto geral das fronteiras brasileiras. Habitam aquela região, a comunidade brasileira que tem como língua oficial o português; a comunidade franco-guianense, composta de franceses metropolitanos, guianenses nativos e imigrantes de origens diversas, cuja língua oficial é o francês; além de diversas etnias indígenas da região que, junto com português e o francês, falam o crioulo guianense de base francesa e o patoá.

Assim, o presente texto se interessa particularmente pela análise dos escritos públicos nas cidades fronteiriças de Oiapoque e Saint-Georges, a fim de melhor apreender a funcionalidade das línguas não oficiais em uso na fronteira franco-brasileira. Buscou-se compreender o que esses escritos informam sobre o multilinguismo local, sobre a relação de poder existente entre as línguas, usos em complementaridade e o que podem, igualmente, informar sobre a adoção de políticas de linguagem nessa região de fronteira. O estudo adota uma abordagem qualitativa, de cunho etnográfico, para o qual foram feitos registros fotográficos do espaço urbano fronteiriço.

Este artigo está organizado em seis seções. Na segunda seção revisitamos a literatura de referência sobre o campo da paisagem linguística e a correlacionamos com os fundamentos de política linguística. Na seção seguinte apresentamos o contexto de realização do trabalho e em seguida a metodologia empregada. Na quinta, apresentamos os dados a luz da paisagem linguística para posteriormente interpretá-los a partir das políticas linguísticas que emergem desses dados. Por fim, sintetizamos os resultados da pesquisa na conclusão.

Das paisagens às políticas linguísticas: as línguas no espaço urbano

Paisagens e políticas linguísticas remetem frequentemente a prismas de uma mesma realidade: a coexistência de diferentes línguas em um mesmo espaço geopolítico ou espaços limítrofes, fato que supõe contato social e linguístico. Os resultados desse contato 'sociolinguístico', por conseguinte, variam em função da duração do contato, da intensidade da relação entre os povos e/ou comunidades linguísticas, dos tipos de relações sociais, econômicas e políticas estabelecidas entre eles, das funções de comunicação e do status das línguas em presença. Daí derivam configurações linguísticas que tanto podem estar no escopo das políticas quanto das paisagens linguísticas, senão de ambas.

Os estudos da paisagem linguística constituem um campo recente vinculado à Sociolinguística urbana que se expande desde os anos 2000 estendendo uma passarela entre a linguística e as práticas sociais, educativas e urbanas (KELLEHER, 2017). O conceito de Paisagem Linguística (*Linguistic Landscape*), ancorado em tendências tanto semióticas quanto sociolinguísticas, aparece pela primeira vez no artigo *Linguistic landscape and ethnolinguistic vitality*,

de Landry e Bourhis¹ (1997). Nele, descreve-se a utilização de textos escritos em espaços públicos, a partir dos quais os autores observam que:

A linguagem dos painéis rodoviários públicos, das placas publicitárias, dos nomes de ruas, do nome dos lugares, dos logotipos comerciais e das logomarcas públicas sobre os prédios governamentais se combinam para formar a paisagem linguística de um território, de uma região ou de uma dada aglomeração urbana (LANDRY E BOURHIS, 1997, p. 25 Tradução nossa).²

Isso implica dizer que as infraestruturas urbanas, ou seja, as placas de sinalização, os nomes de rua, os nomes de monumentos, os lugares histórica e culturalmente importantes, assim como as placas de aviso, formam o que se costuma denominar de paisagem linguística de um território, de uma região ou de uma dada aglomeração urbana. Em outras palavras, o meio ambiente semiótico contribui para a percepção linguística de um espaço territorial, oferecendo pistas do status oficial e não oficial das línguas em presença.

Góral (2011) destaca que:

A predominância da comunicação visual no mundo moderno indica que a cidade nos fala constantemente e nós a ignoramos com frequência. A língua presente no nosso meio ambiente, as palavras e as imagens de acompanhamento mostradas nos lugares públicos são objetos de pesquisas no novo domínio de estudos em plena expansão – a, digamos, paisagem linguística (GÓRAL, 2011, p.42, tradução nossa)³.

O visual, nesse contexto, tornou-se um elemento integrador constante da paisagem urbana dos nossos dias, repercutindo a noção de ambientes múltiplos ou superdiversos. Além disso, os fenômenos migratórios, os espaços contíguos, o contato cultural e o encurtamento das distâncias têm potencializado a diversidade linguística nos espaços públicos.

Os painéis comerciais, as fachadas, os avisos públicos, entre outros, informam não apenas sobre os bens e serviços ofertados, mas igualmente sobre quem os oferta. Em outras palavras, a paisagem linguística ilustra desde quais línguas são majoritariamente empregadas em uma comunidade, sinaliza uma mudança territorial, até dados mais sutilmente expostos como o status e o poder de uma língua minoritária em uma dada comunidade.

De igual maneira, a paisagem linguística pode informar sobre o valor econômico de uma língua. Dessa forma, anunciar produtos ou serviços em uma língua são corolários do poder econômico e do prestígio que ela simboliza ou que se lhe atribui, seja numa perspectiva global ou local, tal qual ocorre nas regiões de fronteira onde o poder das moedas se vê associado ao das línguas em presença. Além disso, associa-se a uma língua na paisagem, um valor de uso indireto, que está relacionado às representações e atitudes linguísticas em jogo. Nessa perspectiva econômica (NUNES Y DE BLAEIJ, 2005; CENOZ; GORTER, 2006), o estudo da paisagem linguística permite colocar em foco o benefício econômico que o uso ou não de uma língua supõe em certos contextos, bem como a valoração econômica atribuída à transmissão ou a aprendizagem para as gerações futuras.

Na literatura de referência (LANDRY, BOURHIS, 1997; CENOZ, GORTER, 2008; SHOHAMY, 2010), observa-se duas direções quanto a origem dos elementos que compõem uma paisagem linguística: aquelas categorizadas como *top-down*, de caráter oficial, cujas placas e/ou

1 In: Journal of Language and Social Psychology 16, p. 23-49.

2 No original: The language of public road signs, advertising billboards, street names, place names, commercial shop sign, and public signs on government buildings combine to form the linguistic landscape of a given territory, region, or urban agglomeration. (LANDRY, 1997: 25)

3 No original: La prédominance de la communication visuelle dans le monde moderne signifie que la ville nous parle constamment, et nous l'ignorons souvent. La langue présente dans notre environnement, les mots et les images d'accompagnement montrés dans les lieux publics font l'objet de recherches sur le nouveau domaine d'étude en pleine expansion - le soi-disant paysage linguistique

sinalizações são oriundas de organismos governamentais locais, e as *bottom-up*, ou seja, as não oficiais indicando ações ascendentes, fruto de iniciativas privadas, de comerciantes, em forma de panfletos, cartazes, banners, vitrines, painéis, etc., ações que vinculam a paisagem linguística a aspectos outros tais como o mercado linguístico, à ecologia das línguas, à diversidade linguística existente, além de sinalizar a política linguística em desenvolvimento em um dado espaço territorial.

Landry e Bourhis (1997) fazem distinção, também, entre as funções informativa e simbólica dos textos escritos em vias públicas. A função informativa dá conta da delimitação territorial linguística existente, apontando o uso de uma ou mais línguas. Androutsopoulos (2008) citado por Boschung (2016), ao tratar da função informativa da paisagem linguística, considera que esta engloba tudo o que a paisagem revela sobre os habitantes e os utilizadores de um espaço, caracterizando-a como marca geográfica de uma comunidade linguística. Para além desses aspectos, a presença ou não de uma língua não só reflete uma realidade linguística, como também influencia na percepção que um grupo tem de si mesmo e de sua comunidade.

Para Gilbert (2010), perceber uma língua inserida ou excluída de ambiente público de uma comunidade, inegavelmente afeta o modo como o sujeito se percebe em um contexto linguisticamente minoritário. Cenoz e Gorter (2008) salientam que uma das funções simbólicas da paisagem linguística mais importantes consiste em revelar o clima das relações entre os grupos linguísticos situados em comunidades multilíngues, tal qual ocorre, via de regra, nas regiões fronteiriças.

É válido destacar, nesse âmbito, que as situações de conflito, de assimetria linguística entre comunidades estão diretamente vinculadas à gênese das políticas linguísticas, uma vez que estas últimas se inserem, com frequência, no cenário das práticas de linguagem vertical ou horizontalmente estabelecidas. Compreendidas como “toda forma de decisão tomada por um Estado, por um governo, por um agente social reconhecido ou revestido de autoridade, destinada a orientar a utilização de uma ou de várias línguas sobre um dado território (real ou virtual) ou regulamentar o seu uso” (ROUSSEAU, 2005, p. 58), as políticas linguísticas visam gerir o contato e, na maioria das vezes, o conflito linguístico.

Hamel (2010) defende a utilização do termo políticas de linguagem, uma vez que uma ‘política linguística’ parece limitar-se ao sistema linguístico, não englobando os sujeitos, suas relações com as línguas, os textos, as práticas discursivas e os sistemas de comunicação. Nesse sentido, Hamel (2010, p. 3) define políticas de linguagem como “processos históricos de mudança social das constelações linguísticas, no interior dos quais há intervenção tanto por parte de instituições do Estado, quanto de instâncias ou forças provenientes da sociedade civil”⁴. Para o autor,

essa realidade implica não apenas uma transformação das estruturas e usos linguísticos (...) mas também e fundamentalmente uma mudança na relação estabelecida pelos sujeitos com sua própria língua e para com os outros em um determinado espaço político, associação esta que faz parte da relação de forças entre os grupos sociais e etnolinguísticos (HAMEL, 2010, p.3, tradução nossa)⁵.

Tal percepção vem ao encontro daquilo que Shohamy (2006) compreende correlativamente às políticas linguísticas *de facto*, determinadas que são por vários aparatos políticos ou mecanismos (regras e regulações; políticas linguísticas educativas; testes linguísticos; e a linguagem no espaço público). Segundo Shohamy, a linguagem no espaço público funciona como um mecanismo que pode influenciar, manipular e transformar práticas de linguagem tal qual

4 No original: sont des processus historiques de changement social des constellations linguistiques. À l'intérieur de ces processus, il y a intervention aussi bien de la part des institutions de l'État que d'autres instances ou d'autres forces de la société civile.

5 No original: Cette réalité implique non seulement une transformation des structures et des usages linguistiques (standardisation, diffusion, déplacement, revitalisation, etc.), mais signifie aussi et fondamentalement un changement dans la relation établie par les acteurs entre leur propre langue et les autres dans un certain espace politique donné, relation qui fait partie des rapports de force entre les groupes sociaux ou ethno-linguistiques.

os demais, podendo promover a transição entre as ideologias e as práticas (SHOHAMY, 2006).

Seguindo nessa mesma linha, Calvet (1994) destaca que cada vez mais tem-se favorecido a descentralização das políticas linguísticas e a tomada de decisão pelos agentes locais, comunidades linguísticas, escolas e organizações não governamentais que intervêm nas práticas linguísticas e naquilo que as concernem.

As paisagens linguísticas, nesse sentido, especialmente em regiões limítrofes, espelham não somente as práticas linguísticas, mas igualmente fenômenos inerentes à coexistência de línguas como efeitos de representação, identidade e atitudes linguísticas e terminam por reforçar políticas de linguagem sustentadas pelas comunidades linguísticas em contato.

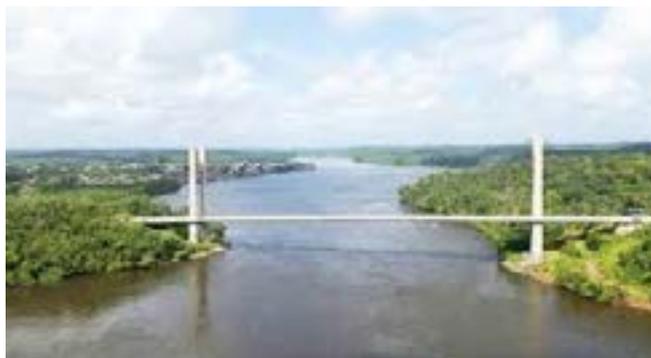
O contexto da pesquisa

Este estudo investiga um contexto fronteiro que é, por sua condição limítrofe, socio-linguisticamente complexo, seja “pela natureza de sua formação”, seja “pelo modo como se estabelecem ali as relações sociais das diferentes etnias que nela habitam” (STURZA, 2006, P. 47). Trata-se, neste caso, da fronteira franco-brasileira, Oiapoque e Saint-Georges.

Oiapoque é o município localizado mais ao norte do estado do Amapá. Com cerca de 23.034,392 km² e uma população estimada em 27.270 pessoas, pelo IBGE⁶ (2019), a cidade sede do município é considerada cidade gêmea da municipalidade de Saint-Georges no departamento ultramarino francês, a Guiana Francesa. Saint-Georges, por sua vez, é uma pequena comunidade da Guiana Francesa oficialmente criada em 1946, situada a 189 km da capital do departamento, Caiena, na margem esquerda do rio Oiapoque. Suas origens estão relacionadas à criação de uma prisão no século XIX, da qual não resta nenhum vestígio.

De acordo com o INSEE⁷, Saint-Georges tem uma população de aproximadamente 4.000 habitantes. Até o final da década de 1990, Saint-Georges era uma cidade isolada, acessível apenas por via aérea. A assinatura do acordo-quadro Brasil-França que permitiu a construção da ponte binacional sobre o rio Oiapoque, terminada em 2013 e aberta apenas em 2017, é o que proporciona a Saint-Georges uma ligação terrestre com a capital da Guiana Francesa e com a cidade brasileira de Oiapoque, retirando-a do isolamento.

Figura 1. Ponte binacional entre Oiapoque e Saint-Georges



Fonte: portal TRF1. Jus. br

Assim, ainda que as relações entre brasileiros e guianenses não tenham sido, ao longo das décadas, completamente pacíficas, devido especialmente ao processo migratório para a Guiana Francesa, à exploração do ouro e ao rígido controle de fronteiras, tampouco elas foram continuamente conflituosas, posto que especialmente na época da construção da base espacial de Kourou⁸ a migração de brasileiros para atuar como mão-de-obra na construção civil guianense foi importante para a estruturação das políticas territoriais na Guiana Francesa

⁶ Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/oiapoque/panorama>

⁷ Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos. Disponível em <https://www.insee.fr/fr/statistiques/3675727>

⁸ Cidade da Guiana Francesa onde foi construída a base espacial francesa.

(SILVA, 2013).

No que concerne ao trânsito de pessoas e veículos, brasileiros residentes na Guiana Francesa, franceses e estrangeiros que habitam o território francês circulam livremente em território brasileiro, aonde vêm em busca de produtos diversos, movimentando, por conseguinte, o comércio local em euros. Todavia, a ponte que poderia representar concreta e simbolicamente uma espécie de aliança entre as comunidades fronteiriças, surge com transformações que iriam modificar as dinâmicas historicamente estabelecidas e abalar especialmente as relações entre os habitantes locais devido à falta de equidade de direitos e obrigações entre os povos. Dentre elas, vale ressaltar, a atual obrigatoriedade de visto de entrada em Saint-Georges e a entrada livre em Oiapoque; a passagem livre de carros para o Brasil e o impedimento de entrada de veículos brasileiros na Guiana Francesa em função da falta de regulamentação de seguros de carros; a limitação de tempo de permanência dos brasileiros no lado francês da fronteira contra uma total liberdade em território brasileiro, entre outros.

O fluxo assimétrico entre as regiões exacerba as diferenças ao mesmo tempo em que se ampliam as oportunidades de convivência. A Guiana atrai pelas possibilidades de trabalho e pela moeda forte (euro), o Amapá tem um comércio economicamente mais vantajoso que atrai tanto os consumidores franco-guianenses quanto brasileiros residentes na Guiana Francesa. Assim, se não há boas expectativas com a presença do brasileiro na Guiana, porquanto sua presença está relacionada a trabalho clandestino, exploração de ouro em garimpos ilegais e à ocupação de vagas no mercado de trabalho como mão-de-obra barata, a presença dos franceses em Oiapoque é sinônimo de movimento financeiro lucrativo, entrada de euros no mercado local, fatores que impactam diretamente em diversos setores econômicos e, por conseguinte, no uso da língua francesa na paisagem linguística do lado brasileiro da fronteira.

Esses processos de ordem geopolítica e de caráter nacionalista são elementos que compõem as dinâmicas sociolinguísticas dessa fronteira. Os componentes históricos, somados aos aspectos sociais, econômicos e culturais se mostram marcados na paisagem linguística da região e dão visibilidade às políticas linguísticas em voga, conforme apresenta-se a seguir.

Aspectos metodológicos da pesquisa

A pesquisa situa-se no âmbito do paradigma qualitativo/interpretativo e os procedimentos adotados para a realização deste estudo são de base etnográfica, ancorados por fotografias e notas de campo. O corpus fotográfico foi constituído no perímetro comercial que envolve aproximadamente 12 quadras em Oiapoque: 1 rua que margeia a orla, 3 avenidas que nela desembocam e 4 ruas paralelas, além do perímetro que compõe o entorno da ponte binacional que interliga as cidades. Em Saint-Georges o espaço público observado abrangeu a orla, 4 ruas paralelas e 4 ruas perpendiculares. Nesses perímetros, nas duas localidades, concentram-se as atividades administrativas, serviços públicos e privados de diferentes naturezas (feiras, mercados, lojas, museus, hospitais, escolas, hotéis, restaurantes, etc.) e configuram os espaços onde as línguas se encontram e demarcam territórios de coabitação. As fotografias foram feitas em e de espaços públicos, no período de 23 a 29 de novembro de 2019.

Considerando que português e francês constituem-se em línguas oficiais e de uso hegemônico no território brasileiro e guianense respectivamente, optou-se por registrar, primordialmente, textos em línguas não oficiais nos respectivos espaços territoriais politicamente definidos, ou em uso conjugado com as línguas oficiais, ou seja, a presença de outras línguas além do francês - língua oficial - em Saint-Georges e de outras línguas além do português, em Oiapoque, salvo em contextos em que o uso da língua oficial esteja simbolicamente orientado para um público externo. Isso nos permitiu perceber tanto a presença das línguas prestigiadas na região quanto a ausência das línguas regionais de status desprestigiado no ambiente linguístico da fronteira, além das relações político-linguísticas inscritas na paisagem de ambas as cidades.

Compõem o corpus fotográfico da pesquisa, 50 textos públicos (46 de Oiapoque e 04 de Saint-Georges). Cabe destacar que, seja geográfica seja demograficamente, a cidade de Oiapoque é, na mesma proporção maior que a cidade de Saint-Georges. Fator que se reflete de igual maneira na paisagem linguística e denota percepções e atitudes linguísticas diferentes entre as

populações, conforme observa-se ao longo da análise proposta. Neste trabalho optou-se por analisar qualitativamente 02 fotografias de Saint-Georges e 20 fotografias de Oiapoque. Além desses aspectos, uma vez que a paisagem não é arbitraria, mas socialmente motivada, a análise aqui proposta, baseada em Coulmans (2009), é tangenciada por questões que consideram quem escreve, para quem e com qual intenção.

A paisagem linguística de Oiapoque e Saint-Georges

O corpus fotográfico constituído para este trabalho permitiu-nos constatar a presença de 04 línguas na paisagem linguística do município de Oiapoque: português, francês e inglês majoritariamente, em diferentes combinações, além do Kheuol (ou patoá) como língua minoritária.

Gráfico 1. Línguas identificadas na paisagem linguística e combinações



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

O gráfico 1 aponta a correlação de forças entre as línguas majoritárias e minoritárias da região, indicando que a combinação bilíngue francês/português é a mais frequente na paisagem linguística do município de Oiapoque (55%); em segundo lugar destacam-se os textos monolíngues em francês (15%); em seguida surgem os textos em português dirigidos aos estrangeiros, e, os trilingues (português, francês e inglês) com 11% e em menor incidência os textos bilíngues francês e inglês (6%) e em patoá (2%).

A presença das três principais línguas supracitadas ratifica a constelação geopolítica que elas representam no contexto global e as coloca em posição de uso hegemônico na região, tendo o inglês com status de língua internacional e português e francês caracterizadas como línguas supercentrais⁹. A paisagem por elas constituída e amplamente dominada, também faz perceber, pela ausência quase total de outras línguas regionais, tal qual os crioulos de base francesa e portuguesa, o status minoritário e a sub-representação dessas últimas na paisagem linguística local, seja no lado brasileiro, seja no lado francês.

Embora se reconheça publicamente a existência de outras línguas em uso na região fronteiriça, conforme figura 2, obtida no hall central do Museu Kuahi, em Oiapoque, a ausência delas na paisagem parece refletir a natureza das relações entre os grupos linguísticos em contato e suscita percepções negativas quanto ao prestígio que essas línguas guardam na comunidade dominante e ao suporte do estado para com elas.

⁹ No modelo gravitacional de Calvet (2002) as línguas se classificam em hipercentral (inglês), em torno da qual gravitam uma centena de línguas supercentrais (espanhol, francês, russo, malaio, português, etc.), em torno destas, as centrais e por fim as periféricas. De acordo com a Teoria Orbital de Calvet, o mercado linguístico expressa a correlação de forças que se dão no plano econômico, político e de gestão de mercadorias linguísticas.

Figura 2. Línguas faladas pelos povos indígenas do Oiapoque

LÍNGUAS FALADAS PELOS POVOS INDÍGENAS DO BAIXO OIAPOQUE				
PALIKUR	GALIBI KALINÁ	PATOÁ	PORTUGUÊS	FRANCÊS
KIBYSE DAUKAKI	DEPANIANDÓ	BÓ JU	BOM DIA	BONJOUR
AKIMINAM	PIFANI	IXIMEN	CRIANÇA	ENFANT
TIND	WOLI	FAM	MULHER	FEMME
AWAYG	WOGUILLI	OM	HOMEM	HOMME
DEKAVAT	VOPGTO	KUSÁDA	CHEFE	CHEF

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Nesse contexto, ainda que o banner faça referência, especialmente às línguas faladas pelos povos indígenas, há nele um reconhecimento de que além de português e francês, *palikur*, *galibi kalinã* e *patoá* são línguas em uso na região e que, portanto, estão colocadas em posição de concorrência no contexto sócio, político e linguístico local. Em consonância, a mensagem Karipuna (fig.3) foi o único registro público de uma das línguas utilizadas pelas comunidades indígenas constatada na paisagem linguística de Oiapoque e Saint-Georges. É válido ressaltar, portanto, consoante Landry e Bourhis (1997), que a ausência de uma língua na paisagem linguística de uma comunidade informa tanto sobre a importância que lhe é acordada, quanto sobre os efeitos simbólico dessa ‘não-presença’ nas gerações seguintes, podendo afetar diretamente as políticas de transmissão de uma língua em uma sociedade.

Figura 3. mensagem karipuna



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Nesse sentido, o escrito Karipuna semiotizado em um muro, (situando os *Caripouna* na cidade de *Waypoukou*, no *Amapa'ú*), informa tanto sobre a existência de outras línguas para além das línguas usualmente encontradas na paisagem, quanto sobre a existência de outros interlocutores que também constituem a identidade do lugar.

Quanto às línguas majoritárias, no lado brasileiro da fronteira, o francês é a língua não oficial que mais se apresenta na paisagem linguística, podendo vir acompanhada do português, do inglês ou mesmo em situação monolíngue, conforme observa-se na figura 4.

Figura 4. O Francês, como língua não oficial, na paisagem linguística de Oiapoque



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

No âmbito da gestão das línguas na paisagem linguística do lado brasileiro da fronteira, ou seja, de quem elabora os textos públicos e para quem, **é possível** afirmar que os textos em outras línguas, ainda que acompanhadas do português, são, em sua maioria (gráfico 2), elaborados em uma perspectiva *bottom-up*, ou seja, provém de iniciativas não oficiais, privadas e principalmente de caráter comercial. Esses textos comumente associam as funções informativa (serviço prestado, produto ofertado) e simbólica (a quem se destina preferencialmente), ainda que de modo não consciente, e representam 77% dos textos públicos coletados na pesquisa. A eles se somam aqueles advindos de grupos associativos (11%), como a Associação de catraieiros, de mototaxistas, de agricultores, compondo um total de 88% de textos *bottom-up*, delineando, assim, políticas linguísticas 'de facto' (SHOHAMY, 2006), sustentadas e promovidas pela comunidade local.

Gráfico 2. Origem das placas/anúncios



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Tais textos estão presentes em restaurantes, lojas de vestuário e calçados, de bijuterias, hotéis, agências de viagem, lojas de câmbio, salões de estética, sorveterias, estacionamentos, postos de gasolina, copiadoras, consultórios e farmácias, além de placas dispostas nas calçadas, nos portos e no mercado público, conforme exemplificado na figura 5.

Figura 5. (A/B/C) - Placas *Botton-up* em Oiapoque



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Os 12% de textos restantes são caracterizados como *top-down*, porquanto suas origens estão vinculadas a instituições públicas governamentais. A título de exemplo destacamos a sentença que definiu o limite entre Brasil e Guiana Francesa no Rio Oiapoque, instalada pelo governo federal na época em que o Amapá era território (figura 6); a placa de boas-vindas situada após a passagem da ponte binacional, no lado brasileiro (fig.7) e de identificação territorial do lado francês (fig. 8), ambas instaladas por instituições federais de controle de fronteiras, onde além da função informativa sobre os espaços territoriais e sobre as línguas que teoricamente consolidam esses territórios, a ausência do equivalente de boas-vindas, no lado francês, é bastante simbólica quanto às diferentes percepções do ir e vir naquela fronteira.

Figura 6. Monumento que celebra a definição da fronteira



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Cabe destacar que a despeito dos acordos de cooperação transfronteiriça assinados entre Amapá e Guiana Francesa, envolvendo, entre outros, o incentivo ao uso e ensino das línguas portuguesa e francesa, há pouquíssimas iniciativas governamentais que assinalem o uso de qualquer outra língua além do português e do francês na zona fronteira. Aparentemente ainda não há uma sensibilização por parte dos responsáveis locais quanto às vantagens socioeconômicas que a fronteira proporciona, tampouco para o valor da diversidade linguística regional que envolve as minorias linguísticas e isso se reflete também na paisagem linguística.

Figuras 7 e 8. Placas de identificação territorial Brasil e Guiana Francesa



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Isto posto, de igual maneira, a presença de uma única placa bilíngue no entorno da ponte binacional aponta tanto para uma função informativa de caráter territorialista e linguageira, sinalizando mudança de espaço e de língua, quanto uma função simbólica que parece caminhar no sentido contrário ao dos textos *botton-up* e da própria mensagem, posto que todas as demais placas informativas instaladas pelo poder público não apresentam nenhum acolhimento linguístico entre as comunidades, aludindo, talvez, para o clima das relações institucionais pouco amistosas entre os dois grupos (CENOZ E GORTER, 2008).

As informações da polícia aduaneira de fronteira, de controle de entrada e saída no território brasileiro (figura 9) são todas apenas em língua portuguesa. Simbolicamente, essa opção em um espaço de trânsito de pessoas de nacionalidades diversas, aponta muito mais para um distanciamento e reforço a aspectos conflituosos locais do que para uma coabitação linguística e intercultural.

Figura 9. Sinalização de proximidade da Receita Federal em Oiapoque



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Cabe destacar, que do lado oposto, a prática se repete com sinalizações apenas em língua francesa. Em outras palavras, as práticas de linguagem adotadas verticalmente pelo poder público, de ambos os lados, simbolicamente, caminham no sentido oposto àquelas adotadas individualmente nos espaços públicos, especialmente em Oiapoque.

Em movimento contrário, conforme indicam Cenoz e Gorter (2008), os textos oriundos de fontes privadas têm na informação, no acolhimento e na simbologia que as línguas

representam para o mercado econômico local, a sua principal motivação, razão pela qual se constata diferentes objetivos na adoção de placas e anúncios monolíngues, bilíngues ou multilíngues.

A língua inglesa aparece na paisagem linguística de Oiapoque basicamente em três situações e comumente associada ao português e/ou ao francês: no nome fantasia de estabelecimentos comerciais (*Black Piercing*), na identificação de um produto (*Pepper* tucupi) e nos informativos presentes nas portas de entrada de estabelecimentos como hotéis e restaurantes (*open/ closed*), conforme (figuras 10 e 11), dados que evocam aspectos de representação do inglês enquanto língua internacional, prestigiosa e de poder simbólico, remetendo muito mais à sofisticação que se quer promover do estabelecimento que ao mercado econômico.

Assim, salvo nas ocorrências em que o nome do estabelecimento é em língua inglesa, a informação dada nessa língua aparece após a apresentação em português e em francês da mesma. Isto posto, observa-se que a língua inglesa e sua influência global surgem, no contexto dessa fronteira, como entidades simbólicas e onipresentes, mas que pouco atuam nas interações linguísticas efetivas entre os fronteiriços.

Figura 10 e 11. Usos do inglês na paisagem linguística de Oiapoque



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A língua francesa, por sua vez, remete ao valor econômico que ela representa localmente, colocando em destaque o benefício que o uso dessa língua supõe no mercado de bens e serviços local, fator que amplia a diversidade de usos dessa língua. Na paisagem linguística de Oiapoque, observou-se o emprego da língua francesa para:

a) indicar o nome de produtos ofertados no mercado público (*farine tapioca, essence activé, bijoux, bonbon*, etc);

b) informar a situação de um estabelecimento (*Ouvert; Fermée; nous travaillons, poussez la porte*);

c) informar o tipo de estabelecimento (*Pharmacie, restaurant, hôtel*);

d) indicar o cliente em potencial ou preferencial: alguns anúncios aparecem apenas em língua francesa, indicando de modo simbólico a quem se dirige a informação, como constata-se, por exemplo, no anúncio de passeios turísticos propostos por agências de viagens locais (figura 12); outros, como anúncios de hotéis, cujas informações relativas às vantagens, benefícios e mesmo de orientação espacial são emitidas apenas em língua francesa (figura 13), ou compartimentalizadas com o português. Nos casos bilíngues, pode ocorrer que apenas o nome do estabelecimento esteja em português e os serviços ofertados em francês, como ocorre na placa publicitária da esmaltaria (figura 4). Nesses casos, tanto a função informativa, de que o cliente pode ser atendido em sua língua (francês) e de quais serviços lhes podem ser ofertados, quanto a função simbólica, promotora do falante de maior prestígio, se destacam.

Figura 12. Publicidade de pacote turístico



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Figura 13. Outdoor de hotel



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

e) prover informação quanto ao tipo de serviço ofertado, horários e contatos: serviços prestados por profissionais autônomos são ofertados em português e francês, com designação do tipo de serviço, horários de atendimento e forma de contato. Nesses casos os anúncios surgem em uso compartimentalizado das línguas, conforme se observa nas imagens dos consultórios dentários (figuras 14 e 15).

Figura 14 e 15. Consultórios dentários



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

f) advertir a clientela: as figuras 16 e 17 promovem advertências aos clientes, seja relativamente às práticas socioculturais, “*pas de gachit au petit dejeuner*” (figura 16), seja no uso de determinados espaços considerados públicos “*Attention! entrée seulement pour les fonctionnaires et les personnes autorisées*”¹⁰ (figura 17). Nesses casos, observa-se que a advertência não é dirigida apenas a um grupo, mas a ambas as comunidades linguísticas. Nesse caso, a paisagem aponta tanto para a coexistência de línguas diferentes em uso no mesmo espaço quanto para diferenças socioculturais expostas pela convivência entre as comunidades.

10 A despeito dos desvios ortográficos, optou-se por reproduzir os textos tal qual eles aparecem grafados na paisagem.

Figuras 16 e 17. Advertências aos clientes



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Na cidade de Saint-Georges, contrariamente ao que ocorre em Oiapoque, a diversidade linguística nos espaços públicos revela-se bastante limitada. Dentre os 04 textos públicos encontrados na cidade, 03 deles são integralmente em francês e 01 faz uso conjugado do francês e do português, no qual se observa uma única expressão: 'bem-vindos!'

A paisagem linguística de Saint-Georges mostra-se, por conseguinte, muito mais monolíngue do que aquela de Oiapoque, ainda que a Guiana Francesa registre um número de línguas em uso consideravelmente mais amplo¹¹ e que a política linguística oficial permita o uso complementar das línguas consideradas regionais nos anúncios e textos públicos.

Em ambas as cidades, constatou-se, que os textos públicos são muito mais da ordem do permanente que do perene, ou seja, a maior parte deles, 88%, está presente nas fachadas dos estabelecimentos, nos muros e paredes externas, com caráter longo e apenas 12 % dos elementos são passageiros e, portanto, podem ser mais facilmente modificados e renovados.

Figura 18. Coleta seletiva de lixo



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Figura 19. Supermercado



Cabe destacar, ainda, que a ausência de outras línguas na paisagem, em um espaço caracterizadamente multilíngue, não é menos informativa ou simbólica no que concerne à percepção de uma comunidade a respeito das línguas em uso e ao valor que elas encerram. Nesse sentido, pode-se afirmar que o multilinguismo que se constata auditivamente por entre as ruas daquela comunidade (taki-taki, crioulo guianense, khuéol) não se reproduz na paisagem linguística dos espaços públicos.

Por fim, a paisagem linguística da fronteira franco-brasileira se mostra reveladora tanto das vantagens, quanto dos obstáculos da proximidade e contribui para a compreensão do papel das políticas linguísticas nas dinâmicas linguístico-culturais e econômicas das comunidades

¹¹ Alby e Leglise (2007) apontam a existência de cerca de 30 línguas em uso na Guiana Francesa. ALBY, S.; LEGLISE, I. Le paysage sociolinguistique de la Guyane. Un état desieux des recherches. In : MAM-LAM-FOUCK, S. (ed). Comprendre la Guyane d'aujourd'hui. Cayenne: Ibis Rouge Editions, 2007. p. 469-479.

em presença, conforme discutimos a seguir.

Sobre a política linguística inscrita na paisagem transfronteiriça

A paisagem linguística da fronteira Oiapoque e Saint – Georges situa a política linguística no contexto das escolhas linguísticas feitas tanto no plano governamental quanto no plano decisório das sociedades, corroborando a percepção de Hamel (2010) de que as políticas de linguagem podem nascer das iniciativas societárias, sem ordenamento jurídico, porém impulsionadas por elementos inerentes ao próprio meio ambiente socioeconômico e cultural que o circunscreve.

No âmbito da política linguística local, é válido salientar a inexistência, em Oiapoque, de qualquer legislação municipal que discipline o uso das línguas em anúncios, placas ou cartazes no espaço público, ficando, portanto, a cargo de cada indivíduo definir o uso dessas em seus estabelecimentos comerciais, conforme sua conveniência e objetivo. Uma tal política, regida pelas forças sociais, tanto reflete dinâmicas sociolinguísticas exaradas nas comunidades, quanto reforça as políticas linguísticas estabelecidas pelos grupos majoritários, seja demográfica, seja economicamente.

Uma vez que não existe ordenamento jurídico para a utilização de textos escritos no município de Oiapoque, a política de linguagem inscrita na paisagem regional mostra-se tributária do prestígio e do poder econômico que as línguas representam ou lhes são atribuídos, inserindo-se no contexto das práticas estabelecidas entre os sujeitos e as línguas, cujas escolhas estão situadas na correlação de forças e de poder simbólicos e por meio das quais são interpretados, conforme discute Hamel (2010).

Em Saint-Georges, contrariamente ao que ocorre em Oiapoque, a disposição de placas e anúncios públicos é regida pela Lei 94-665 de 4 de agosto de 1994, ao determinar em seu artigo 3º que “qualquer inscrição ou anúncio situado em via pública [...] e destinado à informação ao público deve ser formulado em língua francesa” (FRANÇA, 1994). As línguas regionais também podem ser utilizadas, desde que o uso do francês esteja assegurado. No entanto, a despeito da diversidade linguística existente no território fronteiriço francês, apenas francês e português foram constatados na paisagem, reforçando a pujança da política linguística centralizadora e homogeneizadora que se assenta no lado francês da fronteira.

O que se percebe a partir do aparato jurídico são políticas diferentes, senão opostas de regulamentar a paisagem linguística nos dois lados da fronteira. Se em Oiapoque a regulação advém das iniciativas individuais, em Saint-Georges a rigidez da política linguística francesa é bastante limitativa quanto ao uso das línguas nos ambientes públicos e ambas deixam a margem iniciativas que poderiam reforçar as identidades linguísticas dos povos indígenas e de outros povos ali presentes.

A política que se lê na paisagem de Oiapoque é fruto de adaptação da diversidade à necessidade, em um campo sociocultural e historicamente conflituoso e simbolicamente atravessado por relações de poder econômico e superioridade demográfica, ou seja, uma moeda forte de um lado (Saint-Georges) e uma população muito mais numerosa e dinâmica, de outro (Oiapoque), fazendo convergir os povos e suas necessidades para um mercado econômico e linguístico que tem no centro o português e o francês.

Por outro lado, essa coabitação insere-se em políticas linguísticas nacionais centralizadoras (a brasileira e a francesa) que ignoram as realidades periféricas de seus amplos espaços territoriais e suas respectivas diversidades. A paisagem linguística de Oiapoque coloca em evidência que mais que uma língua estrangeira, o francês é a língua do mercado econômico local, tanto na condição de língua materna do cliente quanto de segunda língua para muitos brasileiros na região.

Isso posto, é relevante dizer que o multilinguismo desse contexto fronteiriço implica o emprego frequente de práticas translingues para boa parte da população, seja porque suas línguas maternas não estão situadas no âmbito dos usos frequentes, como é o caso dos indígenas, seja porque o prestígio do francês impulsiona a utilização dessa língua nos espaços de convivência públicos e privados, seja porque a alternância de código (português, francês, Créole) configura-se em prática comumente utilizada como estratégia conversacional ou como

símbolo de poder e prestígio.

Cabe salientar ainda que o valor de uso e de não uso das línguas em uma paisagem linguística, de acordo com Gorter (2008), incidem diretamente nas projeções de usos futuros de uma língua na sociedade e, portanto, nos possíveis direcionamentos que a política linguística individual ou do grupo social pode assumir. É sintomático, nesse sentido, que o bilinguismo português-francês nessa fronteira seja muito mais fruto de políticas familiares, comunitárias e individuais que de políticas linguísticas educativas. Do mesmo modo, é significativo que os indígenas sejam majoritariamente falantes plurilíngues em situação de diglossia (português, francês e crioulo), uma vez que a ausência de políticas linguísticas inclusivas dessas comunidades os obriga a interagir na comunidade fronteiriça por meio das línguas mais prestigiadas. Em outras palavras observa-se uma política linguística que impulsiona as comunidades indígenas ao uso cada vez menos frequente de suas línguas nos ambientes públicos, impactando diretamente a vitalidade e a manutenção das mesmas.

Nesse cenário destaca-se o efeito simbólico que as paisagens apontam correlativamente às reais políticas 'de facto' observáveis e o modo como as línguas majoritárias, de uso hegemônico afetam a paisagem. Chama atenção, nesse caso, a relação inglês e crioulo guianense em Oiapoque, onde, apesar de se ouvir, com frequência essa última, a língua não aparece na paisagem linguística, ao contrário da língua inglesa, que embora não se presencie em atos orais de comunicação, se faz presente na paisagem do município. Em Saint-Georges, a mesma situação pode ser observada quanto ao uso do português, frequentemente ouvido e discretamente percebido na paisagem, se contrapondo à situação do crioulo guianense, comumente empregado, porém totalmente ausente da paisagem linguística local.

Isto posto, é válido lembrar que as políticas linguísticas assinalam com frequência situações de conflito linguístico que não se apresentam sem que revelem como pano de fundo diferenças etnolinguísticas, socioculturais e político-econômicas entre grupos sociais distintos ou intragrupos. Essas diferenças, mesmo quando não verbalizadas, não são inexistentes e frequentemente são passíveis de descortinamento quando observadas por perspectivas outras como a da paisagem e da política linguística.

Considerações Finais

A paisagem linguística das cidades fronteiriças de Oiapoque e Saint-Georges possibilitou o reconhecimento de uma diversidade linguística camuflada pela presença hegemônica do português e do francês na região, tanto quanto do desprestígio atribuído às línguas minoritárias regionais, ausentes na paisagem. A partir dela observou-se que dentre as línguas hegemônicas e não oficiais em território brasileiro, o francês se destaca na semiotização do espaço público de Oiapoque. Contrariamente, em Saint-Georges, nenhuma outra língua além do francês se destaca na paisagem e há raros empregos de línguas como o português, o inglês ou qualquer uma das línguas regionais em uso.

Isso posto, a partir da paisagem linguística analisada, pode-se dizer que há muito mais espaço para a diversidade linguística no lado brasileiro da fronteira que em sua homóloga, além de um total apagamento das línguas minoritárias em uso na região, seja do lado brasileiro, seja do lado francês, dado que reflete não apenas as relações linguísticas, mas igualmente as relações sociais situadas entre os grupos étnicos da região.

De igual maneira, foi possível constatar que a presença de outras línguas, além do português na paisagem linguística é fruto principalmente de iniciativas individuais (*bottom-up*) que sinalizam para a aferição de ganhos econômicos no mercado de produtos e serviços, cuja vinculação com a língua francesa aponta simbolicamente para o cliente e a moeda privilegiados. As iniciativas governamentais (*top-down*), por outro lado, parecem simbolicamente reforçar o distanciamento e as diferenças políticas e socioculturais da fronteira, reificadas (redesenhadas) após a construção da ponte binacional.

Nessa mesma linha, observou-se que a adoção da língua francesa pelo mercado local configura-se como um mecanismo de política linguística informalmente institucionalizado pela comunidade. Tal instrumento atua no sentido tanto de eliminar a concorrência e de potencializar seus ganhos, quanto na atração de uma clientela mais específica. Por outro lado, o poder

econômico desses clientes está estreitamente vinculado à língua e à prestação de serviços nela ofertados. Assim, quem oferta produtos e serviços também se vê pressionado a aprender minimamente a língua francesa e a definir esse conhecimento como requisito no mercado de trabalho, nesse parâmetro constata-se que as habilidades bi/multilíngues têm origem nas práticas linguísticas locais.

Esse breve estudo, para além de assinar a presença das línguas no tecido urbano das cidades de Oiapoque e Saint-Georges como fruto da porosidade das fronteiras e do mercado econômico, mostra que a comunidade de Oiapoque, principalmente, tem buscado, em função de suas próprias necessidades, promover a diversidade linguística e o ordenamento semiótico do espaço e de seus textos por iniciativa própria, corroborando a noção de que o espaço da paisagem é também social e como tal sofre as influências dos grupos e das políticas de linguagem por eles implantadas.

Referências

BOSCHUNG, S. Le paysage linguistique: reflet d'une réalité bilingue à Moncton. **Travaux Neuchâtelois de linguistique**, nº 64, p. 161–180, 2016.

BOURHIS R.Y.; LANDRY R. La loi 101 et l'aménagement du paysage linguistique au Québec. **Revue d'aménagement linguistique**, Hors-série: p.107-131, 2002.

CALVET, L-J. **Les voix de la ville, Introduction à la sociolinguistique urbaine**. Paris: Éditions Payot & Rivages, 1994.

CENOZ, J., & GORTER, D. 2008 **El estudio del paisaje lingüístico**. disponível em: https://www.euskara.euskadi.eus/r59-bpeduki/es/contenidos/informacion/artik22_1_cenoz_08_03/es_cenoz/artik22_1_cenoz_08_03.html. Acesso em 03 jan. 2019.

CENOZ, J.; GORTER, D. Linguistic landscape and minority languages. **International Journal of Multilingualism**, vol. 3, no 1: 67-80, 2006. disponível em: <https://doi.org/10.1080/14790710608668386>. Acesso em: 17 nov. 2019.

CENOZ, J.; GORTER, D. Language economy and linguistic landscape, *in*: E. SHOHAMY; D. GORTER (eds.), **Linguistic landscape: Expanding the scenery**, New York, Routledge, 2009, p. 55-69.

COULMAS, F. Linguistic Landscaping and the seed of the public sphere. *In*: E. SHOHAMY; D. GORTER (eds.), **Linguistic Landscape: expanding the scenery**. New York, Routledge, 2009, p. 13-14.

FRANÇA, 1994. **Lei nº94-665 de 4 de Agosto de 1994**, relativa ao emprego da língua francesa.

GILBERT, A. Paysage linguistique et vitalité communautaire: une réflexion inspirée de la francophonie ontarienne, *In*: GILBERT, A. (ed.), **Territoires francophones: études géographiques sur la vitalité des communautés francophones du Canada**, Québec, Septentrion, 2010, p. 90-107.

GÓRAL, B. Qu'est-ce qu'un paysage linguistique (linguistics landscape)? *In*: K. Juszczak, K; Miłojajczyk, B; Taborka, J; Zabrocki, W. **Langage cognitif**. Poznań, éd. Rys, 2011, 41-60.

GORTER, D. Further Possibilities for Linguistic Landscape Research. *In*: GORTER, D. (ed.) **Linguistic Landscape: a new approach to multilingualism**. Clevedon: Multilingual Matters, 2006, p. 81–89.

HAMEL, R. E. «L'aménagement linguistique et la globalisation des langues du monde», **Télescope**, vol. 16, nº 3: p. 1-21, 2010.

KELLEHER, W. Les linguistic landscape studies. **Langage et société**, nº 160-161, 2017, p. 337-347.

LANDRY, R.; BOURHIS, R. 1997. Linguistic landscape and ethnolinguistic vitality. **Journal of Language and Social Psychology**, vol. 16, no 1: p. 23-49, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0261927X970161002>. Acesso em: 17. fev. 2019.

LÜDI, G. Qu'est-ce qu'une frontière linguistique? **Babylonia**, nº 1: p. 6-17, 1994.

NUNES, P. ; DE BLAEIJ, A. Economic assessment of marine quality benefits: applying the use of non-market valuation methods. In F.Maes (ed.) **Marine Resource Damage Assessment**, Berlin: Springer, 2005, p. 135-163.

SHOHAMY, E. **Language Policy: hidden agendas and new approaches**. Routledge: Oxon, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780203387962>. Acesso em: 28 out. 2019.

SHOHAMY, E.; BEN-RAFAEL, E.; BARNI, M. 2010. **Linguistic Landscape in the city**. Bristol: Multilingual Matters, 2010.

SILVA, G. **A cooperação transfronteiriça entre Brasil e França: ensaios e expectativas neste século XXI**. 2013. 261 p. Tese (doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2013.

Recebido em 15 de setembro de 2021.

Aceito em 08 de novembro de 2021.